



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Requer o envio de ofício ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), desembargador José Leone Cordeiro Leite, solicitando informações acerca do quantitativo de cargos vagos e da previsão de nomeações para o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado – Especialidade Agente da Polícia Judicial, no âmbito da Justiça do Trabalho no Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor José Leone Cordeiro Leite, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10), com o objetivo de:

I – Solicitar informações acerca do quantitativo atual de cargos vagos de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Agente da Polícia Judicial, no âmbito da Justiça do Trabalho no Distrito Federal;

II – Requerer esclarecimentos sobre eventual déficit de efetivo relacionado à Polícia Judicial da Justiça do Trabalho no Distrito Federal;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

III – Solicitar informações acerca da existência de previsão para novas nomeações de candidatos aprovados no concurso público vigente para o referido cargo;

IV – Indagar sobre eventual planejamento administrativo e orçamentário voltado à recomposição do quadro de servidores da Polícia Judicial da Justiça do Trabalho;

V – Solicitar informações sobre a quantidade de candidatos já nomeados e a eventual estimativa de novos provimentos durante o prazo de validade do certame.

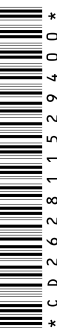
JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Judicial exerce papel estratégico na proteção das instalações, magistrados, servidores, jurisdicionados, sistemas e demais bens sob a responsabilidade do Poder Judiciário, constituindo instrumento essencial para a preservação da ordem, da segurança institucional e da continuidade da prestação jurisdicional.

O fortalecimento da segurança dos órgãos públicos tornou-se ainda mais relevante diante do crescimento das ameaças contra instituições estatais, da atuação cada vez mais sofisticada do crime organizado e da necessidade permanente de proteção dos espaços onde se desenvolvem atividades essenciais à administração da Justiça.

Nesse contexto, a adequada estruturação dos quadros da Polícia Judicial assume importância fundamental para garantir a efetividade das políticas de segurança institucional estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente após a edição da Resolução CNJ nº 344, de 2020, que consolidou diretrizes para a organização e o fortalecimento da Polícia Judicial em todo o país.

Chegaram ao conhecimento deste Parlamentar informações acerca da possível existência de cargos vagos no âmbito da Polícia Judicial da Justiça do Trabalho da 10ª Região, bem como da existência de concurso público vigente para





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

o cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Agente da Polícia Judicial.

A realização de concursos públicos representa significativo investimento de recursos públicos e mobiliza milhares de brasileiros que se dedicam durante anos à preparação para o ingresso no serviço público. Por essa razão, a adequada utilização dos certames vigentes, especialmente quando há cargos vagos e necessidade de recomposição da força de trabalho, atende aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e boa gestão administrativa.

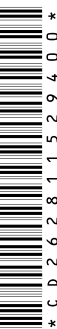
A obtenção das informações solicitadas permitirá verificar o atual quadro de pessoal da Polícia Judicial do TRT da 10ª Região, identificar eventuais déficits operacionais e compreender o planejamento administrativo do Tribunal para o aproveitamento dos candidatos aprovados, contribuindo para maior transparência e previsibilidade aos concursados que aguardam eventual convocação.

Ressalte-se que o presente requerimento não busca interferir na autonomia administrativa do Poder Judiciário, mas sim exercer a legítima função fiscalizatória do Poder Legislativo sobre temas relacionados à segurança institucional e à gestão eficiente dos recursos públicos.

Além disso, a transparência quanto ao número de cargos vagos, às necessidades de pessoal e às perspectivas de provimento de cargos contribui para valorizar os princípios da publicidade e da segurança jurídica, permitindo que os candidatos aprovados tenham acesso a informações relevantes sobre o futuro do certame e sobre as necessidades efetivas da Administração Pública.

A recomposição dos quadros da Polícia Judicial não representa apenas uma demanda administrativa, mas uma medida de fortalecimento institucional, capaz de ampliar a capacidade operacional da Justiça do Trabalho, garantir melhores condições de segurança para magistrados e servidores e assegurar maior proteção ao patrimônio público.

Por fim, este Gabinete Parlamentar coloca-se à disposição da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, dos setores técnicos competentes e dos candidatos aprovados no certame para contribuir com o diálogo institucional e acompanhar iniciativas voltadas ao fortalecimento da Polícia Judicial,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

à valorização dos concursos públicos e à adequada ocupação dos cargos vagos existentes.

Diante do exposto, revela-se plenamente justificável a solicitação das informações constantes deste requerimento, em benefício da transparência administrativa, da eficiência da gestão pública, do fortalecimento da segurança institucional e da valorização dos candidatos aprovados no concurso público vigente.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado **Capitão Alden**

